Notícias do dia 20 de dezembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 8 | Número de veículos: 5

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO PÚBLICA
TCE - GO
Transparência no Governo de Goiás (Artigo) . . . 3

DIÁRIO DO NORTE - GO - CIDADES
TCE - GO
Governo quita dívida com municípios . . . 4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Aprovada em 2ª votação matéria que propõe mudanças no Plano de Cargos e Salários do TCE . . . 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Eduardo Prado fala sobre gastos do Poder Executivo . . . 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Aberta sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira . . . 7

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Sessão extra hoje às 10 horas . . . 8

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Aberta sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira . . . 10

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Aberta sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira . . . 11

Transparência no Governo de Goiás (Artigo)

Ricardo Gonçalves

Felizmente, a transparência tem se tornado a regra na gestão pública brasileira, fruto da legislação e da cultura do acesso, que prega a necessidade dos agentes do Estado se conscientizarem de que Ioda informação pública é de propriedade do cidadão, caben- do aos governos disponibilizá-la. Uma gestão transparente permite que a sociedade, tendo as informações, possa colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos são usados como deveríam, para beneficiar toda a comunidade.

í nesse sentido que o Governo de **Goiás** tem avançado muito ao longo dos últimos anos. Para atender determinação do governador Ronaldo Caiado de total transparência dos atos da gestão estadual, a Controladoria-Geral do Estado (("GE), contando com a parceria dos órgãos do Executivo, investiu na padronização e qualificação dos portais de transparência. O objetivo é possibilitar que a trans parência seja um caminho para o controle social e para a melhoria nos serviços prestados pelo Estado à sociedade e não somente uma obrigação ou norma a ser cumprida.

Entre diversas ações, foi criado em 2019 o Prêmio **Goiás** Mais Transparente, iniciativa da **CGE**, em parceria com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**). As duas instituições avaliam anualmente os critérios de conformidade dos portais com a legislação, que devem ser seguidos pelas páginas de acesso à infonnação dos órgãos da administração direta e indireta estadual, formando um ranking.

O que se notou é que, a cada ano, os órgãos estaduais investem mais no desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo dos portais de transparência, buscando atender às exigências legais e ãs melhores práticas de entrega de informações para a sociedade. Neste ano, técnicos da **CGE** investiram mais de 100 horas de consultoria para os órgãos fazerem a adequação de seus portais de transparência.

Na terceira edição do **Goiás** Mais Transparente, que teve os resultados divulgados durante a Semana Internacional de Combate à Corrupção, realizada pelo Governo de **Goiás** no início de dezembro, das 37 páginas de acesso à informação dos órgãos da administração direta avaliadas, 10 ficaram com índice de conformidade acima de 97% e, 25 órgãos, com índice acima de 90%. A Secretaria de Agricultura. Pecuária e Abastecimento atingiu 100% de conformidade. A média geral de Iodas as páginas foi de 92,3%.

Nas 14 páginas de acesso à informação dos órgãos da administração indireta avaliadas, as cinco primeiras tiveram índice superior a 96% e a média geral foi de 76,5%. Pelo rígido critério dos itens de conformidade adotado, que tem como base as regras da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), acima de 75% de conformidade, a página de acesso ã informação já é considerada como grau de excelência. Está ótimo, mas a meta dessa administração é todos chegarem a 100?ó.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20211220

Governo quita dívida com municípios

O governador **Ronaldo Caiado** assinou, na sexta-feira (03/12), termo de ajuste de gestão (TAG) para quitar dívida de R$ 138,6 milhões, junto aos 246 municípios goianos, referente a contrapartidas estaduais obrigatórias na Saúde deixadas em atraso pela gestão anterior, de 2016 a 2018. O acordo foi celebrado entre o **Governo de Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a Associação Goiana dos Municípios (AGM) e a Federação Goiana dos Municípios (FGM). "Às vezes, pode parecer que é apenas preocupação com os números. Não, é preocupação com o cidadão. Quando você tem um Estado que cumpre as regras fiscais, o cidadão é o beneficiário final", disse o governador ao destacar seu compromisso de gerir "com responsabilidade e transparência" os recursos públicos. "Mesmo com as dificuldades que assumi o Estado, nunca atrasei um dia a contrapartida junto aos 246 municípios e nem com duodécimo de nenhum poder ou nenhum órgão independente", pontuou o governador. Pelo acordo firmado, a Secretaria de Estado da **Economia** deverá liberar o valor mensal para que a Secretaria Estadual da Saúde (SES) disponibilize os repasses, por meio do Fundo Estadual de Saúde, aos respectivos Fundos Municipais de Saúde. O montante será quitado em 12 parcelas mensais de R$ 11.557.006,67, de janeiro a dezembro do próximo ano. "Já zeramos o que não havia sido pago em merenda escolar, em transporte escolar e, agora, é a vez da saúde", declarou Caiado. A fala refere-se a outro débito milionário herdado por ele quando assumiu o Estado, em janeiro de 2019. Os repasses atrasados da educação, e que já foram devidamente quitados por Caiado, somam mais de R$ 82,4 milhões.Adívida da merenda escolar era de R$ 10,4 milhões e a do transporte de R$ 72 milhões. Sobre a saúde, em dois anos e 11 meses, o **Governo de Goiás**, por meio da SES, repassou R$ 561.745.396,00, correspondentes às contrapartidas obrigatórias, por meio de pagamentos regulares. Desse valor, R$ 139,9 milhões foram destinados a um repasse extraordinário, feito em dezembro de 2020, com o intuito de auxiliar os municípios no combate à Covid-19. "Estou dando governabilidade para que os prefeitos tenham noção e certeza do que vão receber, para melhor administrar sua cidade", concluiu Caiado. O presidente do **TCE**-GO, Edson Ferrari, disse que o objetivo do TAG é "trazer orientação pedagógica para solução dos problemas". Também fez um aceno ao governador em relação à parceria firmada: "Estamos com espírito de contribuição, conforme são ditadas nossas normas constitucionais". Titular da pasta da **Economia**, Cristiane Schmidt, celebrou o desfecho do tratado com os municípios. "Não poderia ser melhor. É mais um exemplo da responsabilidade fiscal que este governo tem, em conjunto com a responsabilidade social, pois com saúde e educação a gente não deve brincar", frisou. "Eram dívidas de 2016, 2017 e 2018, quando as contas do Estado foram reprovadas, como no caso de 2018. Ficou esta pendência e, agora, porque estamos com situação fiscal melhor, estamos pagando todas as dívidas do governo anterior", completou a secretária. "Apartir do próximo mês, além da contrapartida mensal, vamos pagar esta dívida de forma que, dentro da gestão do governador **Ronaldo Caiado**, todas sejam quitadas", explicou o secretário de Estado de Saúde, Ismael Alexandrino. O titular da SES-GO informou, ainda, que esse recurso será importante para dar mais eficiência aos serviços de saúde prestados pelos municípios, especialmente no cenário de pandemia. Conforme relatório do **TCE**, o maior débito é com os municípios de Aparecida de **Goiânia**, no valor de R$ 14,7 milhões; seguido da capital, que receberáR$ 12,6milhões; e Anápolis, que registra pendência deR$ 7,6milhões.RioVerde, na região Sudoeste, aparece com quase R$ 5milhões.Já noEntorno doDistritoFederal,Formosa tema receber R$ 4,6 milhões e Luziânia, R$ 4,4 milhões. Para o Estado arcar com esses valores, não haverá prejuízo na liberação dos demais pagamentos relativos ao cumprimento anual da vinculação constitucional. "Os municípios, em 2016, 2017 e 2018, tiveram de remanejar recursos para cobrir a conta. Graças a Deus, no atual governo, todos os meses é pago em dia a contrapartida do Estado", salientou o presidente da FGM, Haroldo Naves. "E agora, pagando esse atrasado, faz com que o nosso planejamento possa ser cumprido.Isso evita a rejeição das contas", pontuou. O presidente daAGM,Carlão da Fox, complementou: "O momento é de agradecimento ao governador, à secretária de **Economia**, e ao secretário de Saúde pelo entendimento de realmente fazer o que estava faltando para os municípios

Site:
https://www.jornaldiariodonorte.com.br/imagens/pdf/pdf1352.pdf

Aprovada em 2ª votação matéria que propõe mudanças no Plano de Cargos e Salários do TCE

O projeto de nº 9287/21 , que altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em segunda votação, com 22 votos favoráveis e nenhum contrário. A proposição faz modificações no Plano de Cargos e Salários dos Servidores do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) para estabelecer o auxílio-saúde aos seus servidores (efetivos e comissionados) e reduzir os percentuais da Gratificação por Incentivo Funcional (GIF), que incide apenas sobre a remuneração dos servidores efetivos. A matéria agora segue para sanção da Governadoria.

Em ofício ao presidente da **Alego**, deputado Lissauer Vieira (PSB), o presidente do **TCE**, Edson José Ferrari, explica que "o Conselho Nacional de Justiça, pela Portaria nº 294, de 18/12/2019, regulamentou o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores (de todo o Poder Judiciário nacional). Já, inclusive, instituído no âmbito do Poder Judiciário goiano (Resolução nº 125, de 13/05/2020)".

Ferrari afirma que em virtude de norma constitucional que equipara (paridade de direitos, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens de conselheiros e auditores, respectivamente, aos desembargadores e juízes de entrância final, como também já foi reconhecida a simetria entre membros do Ministério Público e da Magistratura, no âmbito deste Tribunal de Contas, com fundamento no ato normativo do CNJ e do TJ/GO, este programa (assistência à saúde) já foi instituído em benefício de conselheiros, auditores e procuradores de contas".

Acrescenta o presidente do **TCE**: "Para adequar (corrigir) à realidade presente (contingência orçamentária e financeira) os percentuais (valores) a serem atribuídos aos servidores em virtude da conclusão de curso de graduação e de pós-graduação, por meio da Gratificação de Incentivo Funcional".

Diz mais Edson Ferrari: "Como está bem delineado na exposição de motivos que acompanha o referido projeto, no que tange ao aspecto orçamentário, informo que a proposta de alteração apresentada atende aos requisitos legais exigidos, pois o Tribunal de Contas encontra-se em níveis abaixo do limite de alerta prudencial, não incorrendo, dessa forma, nas vedações impostas pelo parágrafo único do art. 22, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal".

O presidente da Corte de Contas salienta, ainda, que por outro lado, com vistas à redução do impacto financeiro com a implementação do benefício (assistência à saúde dos servidores), como medida compensatória, propõe-se a redução escalonada do percentual da Gratificação de Incentivo Funcional, prevista, atualmente, no art. 16-1, da Lei Estadual nº 15.122/2005".

A deliberação da matéria foi durante a Ordem do Dia da sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira, 20. Como a propositura recebeu aval do Plenário da **Alego** em fase definitiva, ela está apta a seguir para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/122663/aprovada-em-2-votacao-materia-que-propoe-mudancas-no-plano-de-cargos-e-salarios-do-tce

Eduardo Prado fala sobre gastos do Poder Executivo

O deputado Delegado Eduardo Prado (DC) usou a tribuna durante a Ordem do Dia da sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira, 20, para demonstrar sua insatisfação com as ponderações do Poder Executivo em relação aos seus gastos e a alegação de que Goiás é um estado falido financeiramente.

Segundo Prado, esse assunto já virou um discurso político, já que aparentemente as contas estão boas. "Eu vejo que o Governo pediu para ingressar no Regime de Recuperação Fiscal e o Ministério da Economia e seus profissionais observaram que não havia requisitos para isso", pontuou.

Para o deputado, se há um estado quebrado, é preciso que se faça um plano de gestão econômica, o que, segundo ele, é inexistente em Goiás. "O governo gasta milhões com camarão, queijo nobre, lagosta e vinho. Eu, inclusive, denunciei isso. Há ainda os gastos com publicidade, e o **Tribunal de Contas do Estado** questionou o aumento em mais de 50% e publicidade de 2021", enumerou o parlamentar.

Ao mesmo tempo, segundo Eduardo Prado, o Governo coloca o discurso de que não possui recursos para a data base do servidor. "Não ouvi nem previsibilidade sobre isso, mas ao mesmo tempo se gasta com publicidade e não faz a reposição. Enfim, nós temos que pensar na frente e não agir de forma irresponsável."

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/122640/eduardo-prado-fala-sobre-gastos-do-poder-executivo

Aberta sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira

O presidente em exercício, deputado Humberto Aidar (MDB), declarou aberta a sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira, 20. Neste instante, a primeira secretária interina, deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), faz a leitura das matérias do Expediente.

A primeira reunião deliberativa da semana conta com 104 matérias para a apreciação. A pauta da Ordem do Dia traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 62 em fase de primeira apreciação e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados quatro projetos de lei da Governadoria em votação definitiva.

Há, ainda, um projeto do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO), em segunda votação, e outro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) para apreciação única.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/122619/aberta-sessao-extraordinaria-hibrida-desta-segunda-feira

Sessão extra hoje às 10 horas

Plenário realiza nesta 2ª-feira, 20, às 10 horas, sessão extra com 104 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e dos Tribunais de Contas dos Municípios (TCM-GO) e do Estado (**TCE**-GO).

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza, extraordinariamente nesta segunda-feira, 20, a primeira sessão deliberativa da semana. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 104 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo, do Tribunal do Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCM-GO) e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 10 horas, será realizada pelo sistema híbrido de reuniões.

A pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 62 em fase de primeira apreciação e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados quatro projetos de lei da Governadoria em votação definitiva.

Há outros dois projetos de lei para segunda votação, sendo um de autoria do TCM-GO e outro oriundo do **TCE**-GO que, em apreciação única, é contemplado na pauta, ainda, com o parecer prévio referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Habitação

Dentre estes processos do Poder Executivo aptos a serem apreciados em definitivo, dois deles tratam de alterações nos programas habitacionais em **Goiás**. São eles os projetos de lei nº 9259/21 e o de nº 9390/21 . O primeiro altera as Leis nº 14.542, de 30 de setembro de 2003, e nº 16.559, de 26 de maio de 2009, para autorizar a concessão de crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações internas, com mercadorias destinadas a construções vinculadas para o programa Habitar Melhor.

A matéria também trata da concessão de subsídio complementar expresso em Cheque Moradia , relativo ao programa Habitar Melhor e da atualização dos nomes do programa e do benefício para, respectivamente: programa Pra Ter Onde Morar e Subsídio .

De acordo com o projeto encaminhado à Casa, terão direito ao subsídio pessoas físicas ou jurídicas que atendam aos seguintes critérios: famílias com renda mensal acima de três e não superior a seis salários mínimos; servidores públicos, civis e militares cuja renda mensal seja acima de seis e não superior a oito salários mínimos.

Os beneficiários poderão pleitear os seguintes benefícios: a construção de unidade habitacional, o subsídio pode chegar até 18 mil reais; reforma ou ampliação, o benefício é de até 11 mil reais; para ampliação ou instalação de água e energia o subsídio chega a 2 mil reais.

Na justificativa da matéria, a **Agência Goiana de Habitação** (**Agehab**) informa ser necessária a alteração proposta para atender as solicitações que envolvem a construção, a reforma, a ampliação e a melhoria das unidades habitacionais, pois há uma grande defasagem dos valores estabelecidos pelas Leis nº 14.542, de 2003, e nº 16.559, de 2009. O objetivo é viabilizar um conjunto de ações públicas relacionadas à implantação do programa Pra Ter Onde Morar , da **Agehab**.

Já o projeto nº 9390/21 estabelece regras e critérios para a reforma e a construção de unidades habitacionais do programa Pra Ter Onde Morar , no âmbito das ações sociais suplementares, em conformidade com a lei que institui o Fundo de Proteção Social do Estado de **Goiás** (Protege **Goiás**).

Segundo o texto da propositura, a reforma de que trata o programa tem o objetivo de promover a salubridade, a segurança e os padrões mínimos de habitabilidade e de adequação da moradia de famílias em vulnerabilidade socioeconômica. "O valor máximo destinado às reformas por unidade habitacional de que trata este artigo será de 50% do valor destinado à construção de uma casa padrão da **Agehab**", informou.

As famílias interessadas deverão preencher os seguintes requisitos: ter renda familiar de até um salário mínimo; não ser proprietárias, cessionárias ou promitentes compradoras de imóvel de qualquer natureza; não ter recebido do Estado nenhum benefício referente a casa, a apartamento ou a recursos para construção; ser o titular maior de 18 anos ou emancipado; comprovar vínculo mínimo de três anos com o município onde será concedido o benefício; ter inscrição ativa no CadÚnico no município

para o qual pleiteia o benefício; e residir no município para o qual pleiteia o benefício.

Organização administrativa

O terceiro projeto do Executivo constante da pauta para votação definitiva trata de modificar a lei de organização administrativa do referido Poder (processo nº 9262/21). A matéria também altera a lei que instituiu a Política Estadual de Atendimento ao Cidadão e criou o Programa Simplifica **Goiás**.

O objetivo é modificar a estrutura organizacional das Secretarias de Estado da Administração (Sead), da Educação (Seduc), e de Desenvolvimento Social (Seds), também da Delegacia-Geral da Polícia Civil (DGPC), da **Agência Goiana de Defesa Agropecuária** (**Agrodefesa**) e da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

A proposta prevê, ainda, a instituição, no âmbito da Diretoria-Executiva de Saúde do Servidor da Sead, de Gratificação por Desempenho de Serviços de Segurança e Saúde (GDSSS), e estende o pagamento da Gratificação por Desempenho do Vapt Vupt (GDW) aos servidores lotados na Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial da Superintendência de Gestão Integrada da Sead.

A Governadoria informa que o impacto orçamentário e financeiro mensal da propositura será de R$ 589.940,01. O valor será compensado pelo saldo decorrente de exclusões na folha de pagamento, em virtude de falecimento, rescisão contratual e aposentadoria de empregados públicos originários da própria Sead e da **Agrodefesa**.

Considera-se as exclusões ocorridas no período de 1º de janeiro de 2019 a 15 de outubro de 2021, que deixaram como saldo decorrente um valor mensal de R$ 664.771,42. A Governadoria justifica que a proposta vai gerar uma economia mensal aos cofres públicos de R$ 74.831,41 ou R$ 897.976,95, ao ano.

Por fim, também poderá ser deliberada em definitivo a proposta da Governadoria, de nº 9261/21 que cria fundo rotativo no valor de R$ 50 mil e garante abertura de crédito especial de R$ 280 mil para a Secretaria de Desenvolvimento. A intenção, com o repasse dos recursos, é garantir o custeio de despesas inadiáveis de pequena monta.

Todas essas proposições, se forem aprovadas, seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária desta segunda-feira, 20, consulte a pauta prévia .

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de sete reuniões deliberativas, das quais, três foram sessões ordinárias regulares e quatro foram convocadas extraordinariamente. Em todos os encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 36 deliberações foram feitas. As votações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outras 40 novas matérias. Destas, 36 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 26 são de iniciativa parlamentar, sete são assinados pelo Poder Executivo, dois oriundos do TCM-GO, e um encaminhado pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). Essas proposituras foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas e algumas já podem constar na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu dois comunicados gerais, sendo um do Poder Executivo e outro encaminhado pela Secretaria de Estado da Casa Civil; um aditamento geral e um veto integral do governador a projeto de lei aprovado anteriormente na Casa pelos deputados.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/122609/sessao-extra-hoje-as-10-horas

Aberta sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira

O presidente em exercício, deputado Humberto Aidar (MDB), declarou aberta a sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira, 20. Neste instante, a primeira secretária interina, deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), faz a leitura das matérias do Expediente.

A primeira reunião deliberativa da semana conta com 104 matérias para a apreciação. A pauta da Ordem do Dia traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 62 em fase de primeira apreciação e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados quatro projetos de lei da Governadoria em votação definitiva.

Há, ainda, um projeto do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO), em segunda votação, e outro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) para apreciação única.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/aberta-sessao-extraordinaria-hibrida-desta-segunda-feira/

Aberta sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira

Da Redação

O presidente em exercício, deputado Humberto Aidar (MDB), declarou aberta a sessão extraordinária híbrida desta segunda-feira, 20. Neste instante, a primeira secretária interina, deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), faz a leitura das matérias do Expediente.

A primeira reunião deliberativa da semana conta com 104 matérias para a apreciação. A pauta da Ordem do Dia traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 62 em fase de primeira apreciação e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados quatro projetos de lei da Governadoria em votação definitiva.

Há, ainda, um projeto do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO), em segunda votação, e outro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) para apreciação única.

Site: https://www.gazetaplay.com.br/aberta-sessao-extraordinaria-hibrida-desta-segunda-feira/